PDS_LITORAL

PDS LITORAL

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná

PRODUTO: 4 RELATÓRIO DE CONTEXTUALIZAÇÃO INICIAL (RCI)

VOLUME 8 – REFERÊNCIAS

DATA: 22/10/2018

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO | THE WORLD BANK IBRD • IDA | WORLD BANK GROUP | BARCELONABRASILGROUP | Mcrit | hidria | Quanta

APRESENTAÇÃO

Este documento integra os oito volumes do **Produto 4**, o **Relatório de Contextualização Inicial (RCI)**, em sua segunda versão revisada após análise da Equipe Técnica Intersecretarial (ETI), visando sua disponibilização para a realização das oficinas de contextualização previstas para esta etapa.

Curitiba, outubro de 2018.

PDS_LITORAL

SUMÁRIO – VOLUME 8

9. REFERÊNCIAS 4

REFERÊNCIAS: VOLUME 1 – CAPITULO 1 INTRODUÇÃO. CAPÍTULO 2 INSERÇÃO REGIONAL. CAPÍTULO 03 ASPECTOS SOCIOTERRITORIAIS - "PARTE 1"..... 4

REFERÊNCIAS: VOLUME 2 – CAPÍTULO 3 "PARTE 2" - ASPECTOS SOCIOTERRITORIAIS 13

REFERÊNCIAS: VOLUME 3 – CAPÍTULO 4 ASPECTOS AMBIENTAIS..... 14

REFERÊNCIAS: VOLUME 4 – CAPÍTULO 5 ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA 14

REFERÊNCIAS: VOLUME 5 – CAPÍTULO 6 ASPECTOS ECONÔMICOS 17

REFERÊNCIAS: VOLUME 6 – CAPÍTULO 7 ASPECTOS INSTITUCIONAIS..... 21

REFERÊNCIAS: VOLUME 7 – CAPÍTULO 8 DIAGNÓSTICO 34

REFERÊNCIAS: ANTONINA..... 34

REFERÊNCIAS: GUARAQUEÇABA..... 37

REFERÊNCIAS: GUARATUBA..... 40

REFERÊNCIAS: LITORAL DO PARANÁ 43

REFERÊNCIAS: MATINHOS 49

REFERÊNCIAS: MORRETES 52

REFERÊNCIAS: PARANAGUÁ 53

REFERÊNCIAS: PONTAL DO PARANÁ..... 56

9. REFERÊNCIAS

As referências que foram encontradas de diversas fontes e que apoiam a elaboração do PDS Litoral estão a seguir relacionadas. Conforme a necessidade de suporte ou incorporação de conteúdo das referências pertinentes, esses documentos estão sendo utilizados para subsidiar o Relatório de Contextualização.

REFERÊNCIAS: VOLUME 1 – CAPITULO 1 INTRODUÇÃO. CAPÍTULO 2 INSERÇÃO REGIONAL. CAPÍTULO 03 ASPECTOS SOCIOTERRITORIAIS - "PARTE 1".

- BRITO, Fausto; CARVALHO, José Alberto M. de. 2005. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. Revista Brasileira de Estudos da População. São Paulo: v. 22, n. 2, p. 351-369, jul/dez 2005.
- CINTRA et all. Movimentos Pendulares no Paraná. IN: Cadernos Ipardes, v.2, n.2, p.15-31, jul/dez. Curitiba, 2012.
- HAKKERT, Ralph; MARTINE, George. 2006. Tendências migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004. Revista Parcerias Estratégicas. Brasília: n. 22, p. 347-379, jun. 2006.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1980. Censo demográfico: 1980. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: oct. 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1991. Censo demográfico: 1991. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: oct. 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2000. Censo demográfico: 2000. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: oct. 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2007. Contagem da População 2007. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>. Acesso em: oct. 2013.

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2008. Perfil dos Municípios Brasileiros 2008. Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC): 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2008/default.shtm>. Acesso em: oct. 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010a. Censo demográfico: 2010. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: oct. 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2011. Produto Interno Bruto dos Municípios 2005-2009. Rio de Janeiro: 2011.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2012.. IBGE Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: oct. 2013.
- MOURA, Rosa. Movimento Pendular da população no Paraná: uma evidência da desconexão moradia/trabalho. In: Cadernos da Metrópole, v. 12, n. 23, jan/jun, 2010.
- OMRAN, Abdel R. 1971. The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change. In: The Milbank Memorial Fund Quarterly, vol. 49, n. 4, 1971 (p. 509-38).
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2000a. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. PNUD, 2000. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Atlas.aspx?view=atlas>. Acesso em: OCT. 2013.
- RIOS-NETO, Eduardo L. G.; MARTINE, Jorge; ALVES, José E. D. 2009. Oportunidades perdidas e desafios críticos: a dinâmica demográfica brasileira e as políticas públicas. In: Demografia em debate, vol. 3. Belo Horizonte: ABEP; UNFPA; CNPD, 2009.

- A dicotomia entre a conservação e a visibilidade das comunidades tradicionais: um estudo de caso na APA de Guaraqueçaba Matinhos 2013. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36887/Luiz%20Fernando%20Guimaraes%20Schwartzman.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso Setembro 2018.
- Análise da Região do Parque Estadual da Ilha do Mel. Disponível em: http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Planos_de_Manejo/PE_Ilha_do_Mel/item2_encarte2.pdf Acesso setembro 2018.
- Arte & Cultura - Mbyá Rekó: O Jeito de Ser Guarani. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QFx7mbik01I Acesso em setembro 2018.
- http://www.funai.gov.br. Acesso em setembro 2018.
- IBGE Indígenas. Estudos Especiais. Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/download Acesso em setembro 2018.
- IBGE, Séries Estatísticas. Disponível em http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/Default.aspx . Acesso em 1/06/2012. DATASUS. IDB-2010. Disponível em http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2010/a06.htm Acesso em 1/06/2012.
- http://ilhadomel.com Acesso em setembro 2018
- Instituto Socioambiental. Justiça decide por permanência da Aldeia Kuaray Haxa em área de sobreposição com Reserva Biológica. Disponível em: https://terrasindigenas.org.br/es/noticia/145330 Acesso em setembro 2018.
- Localização das Aldeias Guarani no litoral do Paraná. Disponível em: https://www.google.com/mymaps/viewer?mid=1aqwPv_7-AvozZRhEj9X2AzkbnX0AZVzW&hl=pt_BR Acesso em setembro 2018.
- Mapa Guarani Continental 2016. ISA - Instituo Socioambiental. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/mapas-e-cartas-topograficas/america-do-sul/mapa-guarani-continental-2016 Acesso em setembro 2018.

- http://mapas2.funai.gov.br/relatorio_portal/arquivos/67801/Despacho_29_Sambaqui.pdf Acesso em setembro 2018.
- http://portalms.saude.gov.br/sesai
- Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte – RN Sustentável http://documents.worldbank.org/curated/pt/732071468226760152/pdf/IPP6370Brazil00220201300Box377316B0.pdf. Acesso em setembro 2018.
- Queiroz-Telles, D. H. y Gonçalves-Gandara, J. M. Aspectos de infraestrutura e serviços como indicadores da turistificação na Vila de Encantadas, Ilha do Mel (Brasil).
  Disponível em: file:///C:/Users/Soraya%20Sadala/Desktop/PDS%20Litoral/Dialnet-AspectosDeInfraestruturaEServicosComoIndicadoresDa-4046898.pdf Acesso em setembro 2018.
- Trailer - Exposição Nhande Mbya Reko: Nosso jeito de ser Guarani https://www.youtube.com/watch?v=_d6GDpFcheg Acesso setembro 2018.
- PARANÁ. Secretaria do Estado da Cultura. Tombamento da Serra do Mar. Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Tombo 17-I. Processo Número 001/86, de 13 de agosto de 1986. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=87>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Reserva da Mata Atlântica. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Reserva%20Mata%20Atl%C3%A2ntica.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- PARANÁ. Secretaria do Estado da Cultura. Tombamento do Setor Histórico de Paranaguá. Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Tombo 109-II. Processo Número 17/90, de 22 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=192>. Acesso em: 12 abr. 2018.

- INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Antonina. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/389/>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- PARANÁ. Secretaria do Estado da Cultura. Tombamento da Paisagem da Orla Marítima de Matinhos. Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Tombo 23-I. Processo Número 23/70, de 15 de fevereiro de 1970. 2002. Disponível em:http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=56>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- PARANÁ. Secretaria do Estado da Cultura. Normativa de Uso do Caminho do Itupava. Curitiba, 2002. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. . Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.oas.org/dsd/fida/laws/legislation/brazil/brazil_6938.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- BRASIL. Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7661.htm>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- COMISSÃO interministerial para os recursos do mar. PLANO DE AÇÃO FEDERAL PARA A ZONA COSTEIRA DO BRASIL. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80033/Plano%20de%20Acao%20Federal%20PAF-ZC/PAF_ZC%201998.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- "BRASIL. Decreto nº 5.300 de 7 de dezembro de 2004.

- Regulamenta a Lei no 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=531>. Acesso em: 12 abr. 2018."
- "BRASIL. Decreto nº 5.377 de 23 de fevereiro de 2005.
- Aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar - PNRM. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5377.htm>. Acesso em: 12 abr. 2018."
- "BRASIL. Decreto nº 6.263, de 21 de novembro de 2007.
- Institui o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima - CIM, orienta a elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6263.htm>. Acesso em: 12 abr. 2018."
- ASSIS, A.C.V. et. AL. Ferrovias de carga brasileiras: uma análise setorial. BNDES setorial. 43. Rio de Janeiro: BNDES, setembro 2017.
- BRASIL. 2013a. Turismo. Tipos de turismo: negócios e eventos. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/sobre/turismo/tipos-de-turismo/negocios-e-eventos. Acesso em: ago. 2013.
- BRASIL. 2013b. Patrimônio brasileiro. Cultura. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/sobre/cultura/patrimonio-brasileiro. Acesso em: ago. 2013.
- BRITO, Fausto; CARVALHO, José Alberto M. de. 2005. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. Revista Brasileira de Estudos da População. São Paulo: v. 22, n. 2, p. 351-369, jul/dez 2005.
- CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. MTE. Ministério do Trabalho.

- CARLTON, D.W.; PERLOFF, J.M. Modern industrial organization 2nd ed.New York HarperCollins College Publishers 1994
- CROCCO; M.A. et. Ali. Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. In Nova Economia. V. 16, N.2. Belo Horizonte: maio/agosto, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512006000200001. Acesso em 22/02/18
- FINGLETON, B.; IGLIORI, D.C.; MOORE, B.R.Cluster dynamics: new evidence and projections for computing services in Great Britain. Journal of Regional Science, Vol. 45, No. 2, p. 283-311, 2005.
- GODET, Michel. Introduction to prospective. Future. 1986
- GONÇALVES JR, et al. O método estrutural-diferencial: aplicação da adaptação de Herzog e Olsen para a microrregião de Maringá frente à economia paranaense 1994/2008. Informe GEPEC, v.14 (2). 2010.
- HADDAD, P. R. (Org.). Medidas de localização e de especialização. In: HADDAD et al. Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989. p. 225-247, 1989.
- HADDAD, P. R. Método de Análise diferencial-estrutural. Economia regional (Teorias e métodos de análise). Fortaleza: Banco Nordeste do Brasil, 1989.
- HAKKERT, Ralph; MARTINE, George. 2006. Tendências migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004. Revista Parcerias Estratégicas. Brasília: n. 22, p. 347-379, jun. 2006.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1980. Censo demográfico: 1980. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: oct. 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1991. Censo demográfico: 1991. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: oct. 2013.

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2000. Censo demográfico: 2000. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: oct. 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2007. Contagem da População 2007. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>. Acesso em: oct. 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2008. Perfil dos Municípios Brasileiros 2008. Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC): 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2008/default.shtm>. Acesso em: oct. 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010a. Censo demográfico: 2010. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: oct. 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2011. Produto Interno Bruto dos Municípios 2005-2009. Rio de Janeiro: 2011.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2012.. IBGE Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: oct. 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Microdados da Componente Amostral do Censo de 2010.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. 2018.
- KRUGMAN P. Increasing returns and economic geography. Journal of Political Economy 99, 483-499, 1991.
- KRUGMAN, P. Development, geography and economic theory. MIT Press, 1991.
- MARTINE, George (coord.); CARVALHO, José Alberto Magno de; ARIAS, Alfonso Rodrigues. 1994. Mudanças recentes no padrão demográfico brasileiro e

implicações para a agenda social. In: Texto Para Discussão, n. 345. Rio de Janeiro: IPEA, jul/1994.

- PORTER, M. Aglomerados e competição: novas agendas para empresas, governos e instituições. In: Competição. Rio de Janeiro: Campus, cap. 7, 1998.
- RAIS. Relatório Anual de Informações Sociais. Brasil: MTE. Ministério do Trabalho.
- SIMÕES, Rodrigo. Métodos de análise regional e urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG. 2005. (Texto para Discussão, n. 259)
- SMITH, Adam. The Wealth of Nations. [1776] 2007. Disponível em: https://www.ibiblio.org/ml/libri/s/SmithA_WealthNations_p.pdf
- SOUZA, N.J. Desenvolvimento Regional. São Paulo: Atlas, 2009.
- SUZIGAN, W. 2000. Industrial clustering in the state of Sao Paulo. Oxford: Center of Brazilian Studies Working Paper, CBS-13-00 (E).
- SUZIGAN, W. et al. 2001. Aglomerações industriais no Estado de São Paulo. Revista de Economia Aplicada, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 695-717, 2001.
- SUZIGAN, W. et al. 2003. Coeficientes de Gini locacionais – GL: aplicação à indústria de calçados do estado de São Paulo. Nova Economia, n. 13 (2), julho-dezembro, 2003, p. 39-60.
- SUZIGAN, W. Industrial clustering in the State of São Paulo. Oxford: University of Oxford Centre for Brazilian Studies. (Working Paper CBS-13-00 (E), 2000.
- OMRAN, Abdel R. 1971. The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change. In: The Milbank Memorial Fund Quarterly, vol. 49, n. 4, 1971 (p. 509-38).
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2000a. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. PNUD, 2000. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Atlas.aspx?view=atlas>. Acesso em: OCT. 2013.
- RIOS-NETO, Eduardo L. G.; MARTINE, Jorge; ALVES, José E. D. 2009. Oportunidades perdidas e desafios críticos: a dinâmica demográfica brasileira e as políticas

públicas. In: Demografia em debate, vol. 3. Belo Horizonte: ABEP; UNFPA; CNPD, 2009.

REFERÊNCIAS: VOLUME 2 – CAPÍTULO 3 "PARTE 2" - ASPECTOS SOCIOTERRITORIAIS

- PNUD/IPEA/FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2010. Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>. Acesso em 18 set. 2018.
- ZANIRATO, H. "O Patrimônio cultural em cidades novas. Leituras da política patrimonial paranaense
- RIBEIRO, R.; TARLOMBANI, M. "Interpretação patrimonial e turismo em centro histórico: uma proposta para o município de Antonina, Paraná, Brasil. 2015
- MIRANDA DE SOUZA, R. "Paisagem Cultural: Patrimônio histórico de Guaraqueçaba" 2010
- IPARDES. Diagnóstico ambiental da APA de Guaraqueçaba. Instituto Paranaense de desenvolvimento Económico e Social. Curitiba, IPARDES, 1995.
- IPHAN. Fandango Caiçara: expressões de um sistema cultural. Dossiê de registro do Fandango Caiçara. IPHAN, 2011.
- FERNANDES, R; BANDEIRA, D. WASILWESKI, M. "Patrimônio material e cultural em unidades de conservação: o caso do Parque Estadual do Boguaçu em Guaratuba"
- H.I., RIBEIRO "Histórico da ocupação do balneário de Caiobá: um relato sob a perspectiva da história ambiental" IV Encontro Nacional de ANPPAS, Brasília, 2008
- http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=305
- Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Integrado - Matinhos – Paraná (2006).
- DESIREÉ Meira, E. "A Cachaça Morretiana e seus usos turísticos na contemporaneidade"
- STRAPASSON, Paula Kondo. Revitalização do Caminho do Itupava" Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Escola de Arquitetura e Design. Curitiba, 2017.

- ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA). “Em menos de dois anos, arrecadação da Receita Federal em Paranaguá cresce 240%”. 28/04/2008. Disponível em http://www.portosdoparana.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=129. Visitado em 20/04/2018.

REFERÊNCIAS: VOLUME 3 – CAPÍTULO 4 ASPECTOS AMBIENTAIS

- Reguero, B.G., Menéndez, M., Méndez, F.J., Minguez, R., Losada, I.J. (2011) A Global Ocean Wave (GOW) calibrated reanalysis from 1948 onwards, en revisión. Coastal Eng

REFERÊNCIAS: VOLUME 4 – CAPÍTULO 5 ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- ANGELIS NETO, G. Gestão de Resíduos Sólidos nas cidades litorâneas do estado do Paraná. 2015. 366 p. Relatório de atividades (Pós Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental, Universidade Federal do Paraná, Paraná.
- INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS –ITCG. Zoneamento Ecológico-Econômico Fase Litoral , 2013, 408p. Disponível em:
- <http://www.itcg.pr.gov.br/modules/inscrit_quest/formulario.php?codigo=3>. Acesso em 17 set. 2018.
- SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE– SEMA. Plano de Gestão Integrada e Associada de Resíduos Sólidos Urbanos do Estado do Paraná - PEGIRSU – PR , 2013, 167p. Disponível em: < http://www.residuossolidos.sema.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>. Acesso em 17 set. 2018.
- COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA- CMTU, Coleta de Resíduos Recicláveis, Programa Londrina Recicla. Disponível em

<http://www.cmtuld.com.br/index.php/coleta-reciclavel.html> Acesso em 17 set. 2018>

- VELASCO, C. Saneamento melhora, mas metade dos brasileiros segue sem esgoto no país G1. São Paulo, Fevereiro de 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/saneamento-melhora-mas-metade-dos-brasileiros-segue-sem-esgoto-no-pais.ghtml> Acesso em 17 set. 2018.
- INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS –ITCG. Zoneamento Ecológico-Econômico Fase Litoral , 2013, 408p. Disponível em:
- <http://www.itcg.pr.gov.br/modules/inscrit_quest/formulario.php?codigo=3>. Acesso em 17 set. 2018.
- SIMEPAR – Tecnologia e Informações Ambientais, Projeto Básico de controle de cheias e controle de erosão marinha, microdrenagem, macrodrenagem, controle da erosão marinha, município de Guaratuba, 2007, 44p. Memorial Técnico, SUDERHSA – Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Paraná.
- SIMEPAR – Tecnologia e Informações Ambientais, Projeto Básico de controle de cheias e controle de erosão marinha, microdrenagem, macrodrenagem, controle da erosão marinha, município de Matinhos, 2007, 58p. Memorial Técnico, SUDERHSA – Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Paraná.
- SIMEPAR – Tecnologia e Informações Ambientais, Projeto Básico de controle de cheias e controle de erosão marinha, microdrenagem, macrodrenagem, controle da erosão marinha, município de Pontal do Paraná, 2007, 55p. Memorial Técnico, SUDERHSA – Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Paraná.
- SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO – SNIS. Série Histórica, 2016. Disponível em: < http://app3.cidades.gov.br/serieHistorica/#>Acesso em 17 set. 2018.

- TRATA BRASIL Saneamento e Saúde. Saneamento melhora, mas metade dos brasileiros segue sem esgoto no país G1. Brasil, Fevereiro de 2018. Disponível em < http://www.tratabrasil.org.br/blog/2017/02/09/o-saneamento-em-area-rural/> Acesso em 17 set. 2018.
- FARIAS, S. Cidade do interior de São Paulo pode ser a primeira do país a tratar 100% do esgoto rural. Holambra, (SP), Fevereiro de 2016. Disponível em < https://canalrural.uol.com.br/programas/cidade-interior-sao-paulo-pode-ser-primeira-pais-tratar-100-esgoto-rural-62104/> Acesso em 17 set. 2018. ALMEIDA, R. B. Saneamento Básico Rural: A iniciativa do Projeto Água Limpa. 2013. 7 p. Trabalho Técnico - Pós-graduanda em Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar (UFFS).
- COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ. Plano Diretor da Região Litorânea do Paraná: sistemas de abastecimento de água dos municípios de Matinhos,
- Pontal do Paraná, Guaratuba, Morretes e Guaraqueçaba. Sanepar, 2015, 127p.
- ESTEVES, C.J. Vulnerabilidade Socioambiental na área de ocupação contínua do litoral do Paraná - Brasil. 2011. 354 p. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Paraná.
- SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO PARANÁ. Plano de desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS. 417p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS. Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado de Matinhos. 2006, 346p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ. Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado de Pontal do Paraná. 2004, 235p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA. Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado de Guaratuba. 2002, 137p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ. Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá. 2007, 406p.

REFERÊNCIAS: VOLUME 5 – CAPÍTULO 6 ASPECTOS ECONÔMICOS

- ASSIS, A.C.V. et. AL. Ferrovias de carga brasileiras: uma análise setorial. BNDES setorial. 43. Rio de Janeiro: BNDES, setembro 2017.
- Bem Paraná. Disponível em <http://www.bemparana.com.br/noticia/364444/litoral-do-parana-vai-aumentar-sete-vezes-a-populacao-neste-fim-de-ano> Acesso em 15/02/2018.
- BRASIL. 2013a. Turismo. Tipos de turismo: negócios e eventos. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/sobre/turismo/tipos-de-turismo/negocios-e-eventos. Acesso em: ago. 2013.
- BRASIL. 2013b. Patrimônio brasileiro. Cultura. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/sobre/cultura/patrimonio-brasileiro. Acesso em: ago. 2013.
- BRITO, Fausto; CARVALHO, José Alberto M. de. 2005. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. Revista Brasileira de Estudos da População. São Paulo: v. 22, n. 2, p. 351-369, jul/dez 2005.
- CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. MTE. Ministério do Trabalho.
- CARLTON, D.W.; PERLOFF, J.M. Modern industrial organization 2nd ed. New York HarperCollins College Publishers 1994
- CROCCO; M.A. et. Ali. Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. In Nova Economia. V. 16, N.2. Belo Horizonte: maio/agosto, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512006000200001> Acesso em 22/02/18
- FINGLETON, B.; IGLIORI, D.C.; MOORE, B.R.Cluster dynamics: new evidence and projections for computing services in Great Britain. Journal of Regional Science, Vol. 45, No. 2, p. 283-311, 2005.
- GODET, Michel. Introduction to prospective. Future. 1986

- GONÇALVES JR, et al. O método estrutural-diferencial: aplicação da adaptação de Herzog e Olsen para a microrregião de Maringá frente à economia paranaense 1994/2008. Informe GEPEC, v.14 (2). 2010.
- HADDAD, P. R. (Org.). Medidas de localização e de especialização. In: HADDAD et al. Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989. p. 225-247, 1989.
- HADDAD, P. R. Método de Análise diferencial-estrutural. Economia regional (Teorias e métodos de análise). Fortaleza: Banco Nordeste do Brasil, 1989.
- HAKKERT, Ralph; MARTINE, George. 2006. Tendências migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004. Revista Parcerias Estratégicas. Brasília: n. 22, p. 347-379, jun. 2006.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1980. Censo demográfico: 1980. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: oct. 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1991. Censo demográfico: 1991. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: oct. 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2000. Censo demográfico: 2000. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: oct. 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2007. Contagem da População 2007. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>. Acesso em: oct. 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2008. Perfil dos Municípios Brasileiros 2008. Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC): 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2008/default.shtm>. Acesso em: oct. 2013.

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010a. Censo demográfico: 2010. Resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: oct. 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2011. Produto Interno Bruto dos Municípios 2005-2009. Rio de Janeiro: 2011.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2012.. IBGE Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: oct. 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Microdados da Componente Amostral do Censo de 2010.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. 2018.
- KRUGMAN P. Increasing returns and economic geography. Journal of Political Economy 99, 483-499, 1991.
- KRUGMAN, P. Development, geography and economic theory. MIT Press, 1991.
- MARTINE, George (coord.); CARVALHO, José Alberto Magno de; ARIAS, Alfonso Rodrigues. 1994. Mudanças recentes no padrão demográfico brasileiro e implicações para a agenda social. In: Texto Para Discussão, n. 345. Rio de Janeiro: IPEA, jul/1994.
- PORTER, M. Aglomerados e competição: novas agendas para empresas, governos e instituições. In: Competição. Rio de Janeiro: Campus, cap. 7, 1998.
- RAIS. Relatório Anual de Informações Sociais. Brasil: MTE. Ministério do Trabalho.
- SIMÕES, Rodrigo. Métodos de análise regional e urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG. 2005. (Texto para Discussão, n. 259)
- SMITH, Adam. The Wealth of Nations. [1776] 2007. Disponível em: https://www.ibiblio.org/ml/libri/s/SmithA_WealthNations_p.pdf
- SOUZA, N.J. Desenvolvimento Regional. São Paulo: Atlas, 2009.
- SUZIGAN, W. 2000. Industrial clustering in the state of Sao Paulo. Oxford: Center of Brazilian Studies Working Paper, CBS-13-00 (E).

- SUZIGAN, W. et al. 2001. Aglomerações industriais no Estado de São Paulo. Revista de Economia Aplicada, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 695-717, 2001.
- SUZIGAN, W. et al. 2003. Coeficientes de Gini locacionais – GL: aplicação à indústria de calçados do estado de São Paulo, Nova Economia, n. 13 (2), julho-dezembro, 2003, p. 39-60.
- SUZIGAN, W. Industrial clustering in the State of São Paulo. Oxford: University of Oxford Centre for Brazilian Studies. (Working Paper CBS-13-00 (E), 2000.
- OMRAN, Abdel R. 1971. The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change. In: The Milbank Memorial Fund Quarterly, vol. 49, n. 4, 1971 (p. 509-38).
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2000a. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. PNUD, 2000. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Atlas.aspx?view=atlas>. Acesso em: OCT. 2013.
- RIOS-NETO, Eduardo L. G.; MARTINE, Jorge; ALVES, José E. D. 2009. Oportunidades perdidas e desafios críticos: a dinâmica demográfica brasileira e as políticas públicas. In: Demografia em debate, vol. 3. Belo Horizonte: ABEP; UNFPA; CNPD, 2009.
- CINTRA et all. Movimentos Pendulares no Paraná. IN: Cadernos Ipardes, v.2, n.2, p.15-31, jul/dez. Curitiba, 2012.
- HAKKERT, Ralph; MARTINE, George. 2006. Tendências migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004. Revista Parcerias Estratégicas. Brasília: n. 22, p. 347-379, jun. 2006.
- MOURA, Rosa. Movimento Pendular da população no Paraná: uma evidência da desconexão moradia/trabalho. In: Cadernos da Metrópole, v. 12, n. 23, jan/jun, 2010.

REFERÊNCIAS: VOLUME 6 – CAPÍTULO 7 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

- ALVES, Alaôr Caffé. Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões: Novas Dimensões Constitucionais da Organização do Estado Brasileiro. Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo: Edição Especial em Comemoração aos 10 Anos de Constituição Federal por ocasião do XXIV Congresso Nacional de Procuradores do Estado, São Paulo, p.11-49, set. 1998. Semestral. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista/tes1.htm>. Acesso em: 11 abr. 2018.
- AMADO, Frederico. Direito Ambiental. 9ª ed. Salvador: Juspodivm, 2018.
- ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 12º ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- BARROSO, Luís Roberto. Transporte ferroviário, Federação e competências em matéria ambiental. In: Temas de Direito Constitucional – tomo IV. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.
- BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. 10ª ed. Trad. Cláudio de Cicco e Maria Celeste C. J. Santos. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.
- BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. Direito Ambiental e teoria jurídica no final do século XX. p. 29. In: VARELA, Marcelo Dias; BORGES, Roxana Cardoso (Orgs.). O novo em Direito Ambiental. Belo Horizonte: Del Rey, 1990. p. 11-33.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.> Acesso em: 03 ago. 2018.
- _____. Decreto Federal n° 7.217, de 21.06.2010. Regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7217.htm> Acesso em: 20 set. 2018.

- _____. Lei Federal no 6.513/1977, de 20 de dezembro de 1977. Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências. Brasília, 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6513.htm> Acesso em: 03 ago. 2018.
- _____. Lei Federal n° 8.429, de 2.06. 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Brasília, 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm>. Acesso em: 07 ago. 2018.
- _____. Lei Federal no9.985, de 18.07. 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm> Acesso em: 10 set. 2018.
- _____. Lei Federal no 10.227, de 23.05. 2001. Cria o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, no Estado do Paraná e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10227.htm> Acesso em: 10 set. 2018.
- _____. Lei Federal n° 10.257, de 10.07.2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: 10 set. 2018.
- _____. Lei Federal n° 11.428, de 22.12.2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Brasília,

2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm> Acesso em: 10 set. 2018.

- _____. Lei Federal n° 11.445, de 05.01.2007. Brasília, 2007. Disponível em <http://www.planalto. gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/ l11445.htm> Acesso em 04 Set. 2018.
- _____. Lei Federal n° 12.608, de 10.04.2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm, Acesso em: 26 ago. 2018.
- _____. Lei Federal n° 13.089, de 12.01.2015. Institui o Estatuto da Metrópole. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm>. Acesso em: 17 set. 2018.
- _____. Medida Provisória n° 844, de 06.07.2018. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Mpv/mpv844.htm#art5> Acesso em: 20 set. 2018.
- _____. Resolução CONAMA 428 de 17 de dezembro. Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da

Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências. 2010. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=641.htm > Acessado em: 4 de agosto de 2018.

- _____. Resolução CONAMA 473 de 17 de dezembro. Prorroga os prazos previstos no §2º do art. 1º e inciso III do art. 5º da Resolução nº 428, de 17 de dezembro de 2010, que dispõe no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências. 2015. Disponível em: < www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=719>. Acessado em: 4 de ago. de 2018.
- _____. Supremo Tribunal Federal. Súmula 280. Sessão Plenária de 13-12-1963. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=217> Acesso em: 20.09.2018.
- _____. Supremo Tribunal Federal. Representação nº 1048, Relator: Ministro Djaci Falcão, Tribunal Pleno, julgado em 04/11/1981, DJ 30-04-1982 PP-04004 EMENT VOL-01252-01 PP-00001 RTJ VOL-00101-02 PP-00474. Disponível em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=263823> Acesso em: 02 abr. 2018.
- _____. Supremo Tribunal Federal. MS 22.164, rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 30-10-1995, Plenário, DJ de17-11- 1995. Disponível em: < http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=85691> Acesso em: 19 set. 2018.

- _____. Supremo Tribunal Federal. ADI 478, Relator: Ministro Carlos Vellso, Tribunal Pleno, julgado em 09/12/1996, DJ 28-02-1997 PP-04063 EMENT VOL-01859-01 PP-00001. Disponível em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266374> Acesso em: 02 abr. 2018.
- _____. Supremo Tribunal Federal. ADI 3.540 MC, Rel. Min. Celso de Mello, j. 1º-9-2005, P, DJ de 3-2-2006. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=387260> Acesso em: 19 set. 2018.
- _____. Supremo Tribunal Federal. ADI 3.112/DF, Relator Ministro Ricardo Lewandowski, DJ 26 out. 2007. Disponível em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=491806> Acesso em: 04 abr. 2018.
- _____. Supremo Tribunal Federal. ADI 1842, Relator: Ministro Luiz Fux, Relator p/ acórdão: Ministro Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 06/03/2013, DJe-181 DIVULG 13-09-2013 PUBLIC 16-09-2013 EMENT VOL-02701-01 PP-00001. Disponível em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630026> Acesso em: 03 abr. 2018.
- _____. Supremo Tribunal Federal. RE nº 474.922/SC-AgR-segundo, Relatora: Ministra Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe de 19/2/13. Disponível em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3337126> Acesso em: 02 abr. 2018.
- _____. Supremo Tribunal Federal. RE 527008 AgR-segundo, Relator: Ministra Cármen Lúcia, Segunda Turma, julgado em 17/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-206 DIVULG 16-10-2013 PUBLIC 17-10-2013. Disponível em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4666023> Acesso em: 02 abr. 2018.

- _____. Supremo Tribunal Federal. ADI 2340, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 06/03/2013, DJe-087 DIVULG 09-05-2013 PUBLIC 10-05-2013. Disponível em < http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630010> Acesso em: 20 set. 2018.
- _____. Supremo Tribunal Federal. AC 1255 MC-AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Tribunal Pleno, julgado em 27/06/2007, DJe-213 DIVULG 29-10-2014 PUBLIC 30-10-2014 EMENT VOL-02754-01 PP-00110 . Disponível em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630105> Acesso em: 04 abr. 2018.
- _____. Supremo Tribunal Federal. ADI 2077 MC, Relator(a): Min. ILMAR GALVÃO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, DJe-09-10-2014. Disponível em: < http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630088> Acesso em: 19 set. 2018.
- _____. Supremo Tribunal Federal. RE 586.224, Relator Ministro Luiz Fux, j. 05.03.2015, Plenário, DJE de 08.05.2015. Disponível em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=8399039> Acesso em 05 abr. 2018.
- _____. Superior Tribunal de Justiça. RMS 1.112/PR, Relator Ministro José de Jesus Filho, Segunda Turma, DJU de 14.06.93. Disponível em <https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num_registro=199100126420&dt_publicacao=14-06-1993&cod_tipo_documento=&formato=PDF> Acesso em: 03 abr. 2018.
- _____. Superior Tribunal de Justiça. RMS 9.629/PR, Relator: Ministro Demócrito Reinaldo, Primeira Turma, julgado em 03/11/1998, DJ 01/02/1999, p. 106. Disponível em <https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num_registro=19980

0248293&dt_publicacao=01-02-1999&cod_tipo_documento> Acesso em: 02 abr. 2018.

- _____. Superior Tribunal de Justiça. RMS 8.766/PR, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, Segunda Turma, julgado em 06.10.1998, DJ 17.05.1999, p. 150. Disponível em <https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/listarAcordaos?classe=&num_processo=&num_registro=199700541053&dt_publicacao=17/05/1999> Acesso em 03 abr. 2018.
- _____. Superior Tribunal de Justiça. RMS 9.155/PR, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Primeira Turma, julgado em 10.08.1999, DJ 27.09.1999, p. 46. Disponível em <https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num_registro=199700802787&dt_publicacao=27-09-1999&cod_tipo_documento=> Acesso em: 03 abr. 2018.
- _____. Superior Tribunal de Justiça. RMS 9.279/PR, Relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, julgado em 07.12.1999, DJ 28.02.2000, p. 40. Disponível em <https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num_registro=199700897885&dt_publicacao=28-02-2000&cod_tipo_documento=> Acesso em: 03 abr. 2018.
- _____. Superior Tribunal de Justiça. RMS 14.219/PR, Relator: Ministro Humberto Gomes de Barros, Primeira Turma, julgado em 16/04/2002, DJ 24/06/2002, p. 187. Disponível em <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=IMG&sequencial=8358&num_registro=200200003220&data=20020624&formato=PDF> Acesso em 01 abr. 2018.
- _____. Superior Tribunal de Justiça. RMS 13.252/PR, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, Segunda Turma, julgado em 19.08.2003, DJ 03.11.2003, p. 285. Disponível em <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA

&sequencial=421082&num_re-
gistro=200100703798&data=20031103&formato=PDF> Acesso em: 03 abr. 2018.

- _____. Superior Tribunal de Justiça. AR 756/PR, Relator: Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, julgado em 27/02/2008, DJe 14/04/2008. Disponível em <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=626791&num_registro=199800252860&data=20080414&formato=PDF> Acesso em: 03 abr. 2018.
- DOMINGUES, Rafael Augusto Silva. A Competência dos Estados-membros no Direito Urbanístico: Limites da Autonomia Municipal. Belo Horizonte: Fórum, 2010. 185 p.
- LEAL, C. Conselho do Litoral: gestão democrática do espaço costeiro. Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD, n. 99, p. 83 – 95, Curitiba, Jul./Dez. 2010. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/237>. Acesso em: 20 Set. 2018.
- MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997. P. 135.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 27ª ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2003.
- MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 10ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.
- MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 30ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- MOTA, Mauricio; GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da; CARDOSO, Patrícia Silva. O ambiente como bem jurídico: a contribuição da análise econômica ao debate no direito brasileiro. Revista de Direito da Cidade, v. 10, n° 2, 1201 – 1236, 2018.
- PARANÁ. Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense. Ata da 26º Reunião Ordinária realizada em 25 de julho de 1989. Disponível em <http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/ata26.pdf> Acesso em: 02 abr. 2018.

- _____. Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense. Ata da 32º Reunião Ordinária realizada em 19 de junho de 1990. Disponível em <http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/ata32.pdf> Acesso em: 02 abr. 2018.
- _____. Constituição do Estado do Paraná, de 05.10.1989. Curitiba, 1989. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=9779&codTipoAto>. Acesso em: 3 ago. 2018.
- _____. Decreto Estadual n° 2722, de 14.03.1984. Aprova o Regulamento que especifica e define as condições para o aproveitamento de áreas e locais considerados de interesse turístico, de que trata o artigo 1.º da Lei Estadual n.º 7389 de 12 de novembro de 1980. Curitiba, 1984. Disponível em: <http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao/Decreto_2722_14_marco_1984.pdf> Acesso em: 4 ago. 2018.
- _____. Decreto Estadual n ° 4605, de 26.12. 1984. Institui o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense. Curitiba, 1984. Disponível em: http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao/Coletanea_2013_Volume_1.pdf Acesso em: 5 ago. 2018.
- _____. Decreto Estadual n° 1.234, de 27.03.1992. DECLARAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL-APA DOS MUNIICÍPIOS DESCRITOS PARA COMPATIBILIZAR O USO RACIONAL DOS RECURSOS AMBIENTAIS DA REGIÃO E DISCIPLINAR O USO TURÍSTICO. Curitiba, 1992. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1992/dec_1234_1992_apaestadualguaratuba_pr.pdf> Acesso em: 10 set. 2018
- _____. Decreto Estadual n° 4056, de 26.02.1998. Criado o Parque Estadual do Boguaçu no município de Guaratuba. Curitiba, 1998. Disponível em: < http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=50974&codTipoAto=&tipoVisualizacao=compilado> Acesso em: 10 set. 2018.
- _____. Decreto Estadual nº 10.855, de 23.04.2014. Estabelece o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo para o Município de Guaratuba, e dá outras providências.

Curitiba, 2014. Disponível em: <http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/2014_Plano_Diretor_de_Guaratuba/DecretoEstadual__10855_2014____pdGuaratuba.pdf> Acesso em: 4 ago. 2018.

- _____. Decreto Estadual n.º 10.856, de 23.04.2014. Estabelece o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo para o Município de Matinhos, e dá outras providências. Curitiba, 2014. Disponível em: <http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/2014_Plano_Diretor_de_Matinhos/DecretoEstadual__10856_2014____pdpdiMatinhos.pdf> Acesso em: 4 ago. 2018.
- _____. Decreto Estadual n° 4996, de 05.09.2016. Aprova o Regulamento que define o documento técnico científico Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Paranaense, ZEE PR – Litoral. Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=161678&codItemAto=1001657> Acesso em: 03 set. 2018.
- _____. Decreto Estadual n° 5793, de 22.12.2016. Altera o Regulamento que define o documento técnico científico Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Paranaense, ZEE PR – Litoral. Curitiba, 2016. Disponível em: < http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=166838&codTipoAto=&tipoVisualizacao=original> Acesso em: 03 set. 2018.
- _____. Decreto Estadual n° 5980, de 19.01.2017. Estabelece o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo para o Município de Pontal do Paraná, e dá outras providências. Curitiba, 2017. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=167879&indice=1&totalRegistros=1> Acesso em: 4 ago. 2018.
- _____. Decreto Estadual n° 7948, de 03.10.2017. Dispõe sobre as atribuições do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense e sua composição, instituído pelo Decreto nº 4.605, de 26 de dezembro de 1984, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, aprova o seu Regimento Interno e adota outras providências. Curitiba, 2017. Disponível em: <

http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=182830&codItemAto=1138184#1138184> Acesso em: 5 ago. 2018.

- _____. Lei Complementar 94, de 23.07.2002 Cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná. Curitiba, 2002. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=11335> Acesso em: 19 set. 2018.
- _____. Lei Complementar 202, de 27.12.2016. Altera a Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, que criou a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=167138> Acesso em: 19 set. 2018.
- _____. Lei n° 7389, de 12.11.1980. Considera áreas e locais de interesse turístico, para os fins da Lei Federal nº. 6.513, de 20 de dezembro de 1977, as áreas e localidades que especifica. Curitiba, 1980. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=8679&codItemAto=83274>. Acesso em: 4 ago. 2018.
- _____. Lei n° 11252, 20.12.1995. Cria o município de Pontal do Paraná, desmembrado do Município de Paranaguá. Curitiba, 1995. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=3529&indice=1&totalRegistros=1&dt=20.8.2018.9.29.25.937>. Acesso em: 4 ago. 2018.
- _____. Lei n° 12243, de 31.07.1998. Considera Áreas Especiais de Interesse Turístico e Locais de Interesse Turístico, áreas e localidades situadas nos Municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná, conforme especifica. Curitiba, 1998. Disponível em: < http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=1661&codItemAto=11808#11808>. Acesso em: 4 ago. 2018.
- _____. Lei n° 13979, de 26.12.2002. Redefine, conforme especifica, os limites do Parque Estadual do Boguaçu, no município de Guaratuba, Estado do Paraná.

Curitiba, 2002. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=235&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em: 4 ago. 2018.

- _____. Lei Estadual n° 14889, de 04.11.2005. Institui entidade autárquica, vinculada à SEMA, denominada Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITC, conforme especifica e adota outras providências. Curitiba, 2005. Disponível em: < http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=1381&codItemAto=9905> Acesso em 10 ago. 2018.
- _____. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. I Grupo de Câmaras Cíveis, MS 50379-5, Curitiba, Relator J. Vidal Coelho, por maioria, j. 06.03.1997. Disponível em <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/1326494/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-50379-5#> Acesso em: 03 abr. 2018.
- _____. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. II Grupo de Câmaras Cíveis, MS 651774, Curitiba, Relator Sidney Mora, unânime, j. 25.06.1998. Disponível em <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/1340146/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-65177-4#integra_1340146> Acesso em: 03 abr. 2018.
- _____. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Órgão Especial, AI 483376, Curitiba, Relator: Desembargador Ângelo Zattar Unânime, j. 18.06.1999. Disponível em <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/1349608/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-48337-6#integra_1349608> Acesso em 03 abr. 2018.
- _____. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Cível nº 70025304700, Terceira Câmara Cível, Relatora: Desembargadora Matilde Chabar Maia, julgado em 09/04/2009. Disponível em http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=70025304700&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&filter=0&getfields=*&aba=juris&entsp=a__politica-site&wc=200&wc_mc=1&oe=UTF-8&ie=UTF-8&ud=1&sort=date%3AD%3AS%3Ad1&as_qj=&site=ementario&as_epq=&as_oq=&as_eq=&as_q=+#main_res_juris> Acesso em: 01 abr. 2018.

- _____. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Cível nº 933523-7, Quinta Câmara Cível, Relator: Desembargador Jorge Xisto Pereira, julgado em 12/03/2013, DJ 09/04/2013. Disponível em <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/11433731/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-933523-7#integra_11433731> Acesso em: 01 abr. 2018.
- PIRES, Magalhães Thiago. As Competências Legislativas na Constituição de 1988. Uma releitura de sua interpretação e da solução de seus conflitos à luz do Direito Constitucional contemporâneo. Belo Horizonte: Fórum, 2015.
- PRESTES, Vanesca Buzelato. A Lei Federal nº 6.766 e a Competência nas Constituições Brasileiras. Revista da Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre, Porto Alegre, v. 6, p. 289-302, nov. 1993. Disponível em: <http://www.amprs.org.br/arquivos/revista_artigo/arquivo_1283280746.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2018.
- RAMOS, Marcos Erasmo. Direito ambiental comparado (Brasil - Alemanha - EUA): uma análise exemplificada dos instrumentos legais brasileiros à luz do direito comparado. Maringá: Midiograf II, 2009.
- RODRIGUES, Marcelo Abelha. Direito Ambiental Esquematizado. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SARLET, Ingo; FENSTERSEIFER, Tiago. A competência constitucional legislativa em matéria ambiental à luz do "federalismo cooperativo ecológico" consagrado pelo ordenamento jurídico. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, ano 18, n. 71, p. 55-116, jul./set. 2013.
- SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro. 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.
- _____. Curso de Direito Constitucional Positivo. 21ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

REFERÊNCIAS: VOLUME 7 – CAPÍTULO 8 DIAGNÓSTICO

- Secretaria da Cultura: http://www.cultura.pr.gov.br/pagina-1253.html
- Bem Paraná. Disponível em <http://www.bemparana.com.br/noticia/364444/litoral-do-parana-vai-aumentar-sete-vezes-a-populacao-neste-fim-de-ano> Acesso em 15/02/2018.
- Secretaria de Planejamento e Coordenação geral.

REFERÊNCIAS: ANTONINA

- ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO PARANÁ; FUNDAÇÃO DE ENSINO DE ENGENHARIA DE SANTA CATARINA; LABORATÓRIO DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Antonina-PDZPO. Curitiba, 2012.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA. Plano Diretor Municipal: Levantamento e Condicionantes. Antonina: 2006.
- ANTONINA. Lei nº 20, de 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre o plano diretor municipal de Antonina, Estado do Paraná, e dá outras Providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/2/20/lei-ordinaria-n-20-2008-dispoe-sobre-o-plano-diretor-municipal-de-antonina->. Acesso em: 12 abr. 2018.
- ANTONINA. Lei nº 21, de 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre o parcelamento do solo, o loteamento, o desmembramento e a implantação de condomínios horizontais, no município de Antonina, Estado do Paraná. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/parcelamento-do-solo-antonina-pr>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- ANTONINA. Lei nº 22, de 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre a lei de zoneamento, uso e ocupação do solo municipal de Antonina e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/3/22/lei-

ordinaria-n-22-2008-dispoe-sobre-o-lei-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-municipal-de-antonina-e-da-outras-providencias?q=22%2F2008>. Acesso em: 12 abr. 2018.

- ANTONINA. Lei nº 23, de 08 de agosto de 2008. Aprova medidas e demais especificações do perímetro urbano da sede do município de Antonina. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/2/23/lei-ordinaria-n-23-2008-aprova-medidas-e-demais-especificacoes-do-perimetro-urbano-da-sede-do-municipio-de-antonina-2008-08-08.html>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- ANTONINA. Lei nº 24, 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre a hierarquização, traçado básico e traça as diretrizes para o sistema viário do município de Antonina, Estado do Paraná. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/3/24/lei-ordinaria-n-24-2008-dispoe-sobre-a-hierarquizacao-tracado-basico-e-traca-as-diretrizes-para-o-sistema-viario-do-municipio-de-antonina-estado-do-parana-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- ANTONINA. Lei nº 25, de 08 de agosto de 2008. Cria o novo código de obras do município de Antonina e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/2/25/lei-ordinaria-n-25-2008-cria-o-novo-codigo-de-obras-do-municipio-de-antonina-e-da-outras-providencias.html>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- ANTONINA. Lei nº 26, de 08 de agosto de 2008. Institui o código de posturas do município de Antonina, Estado do Paraná e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/2/26/lei-ordinaria-n-26-2008-institui-o-codigo-de-posturas-do-municipio-de-antonina-estado-do-parana-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- ANTONINA. Lei nº 27, de 08 de agosto de 2008. Autoriza o chefe do poder executivo municipal, do município de Antonina, Estado do Paraná, a participar de operações urbanas consorciadas e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/2/27/lei-

ordinaria-n-27-2008-autoriza-o-chefe-do-poder-executivo-municipal-do-municipio-de-antonina-estado-do-parana-a-participar-de-operacoes-urbanas-consorciadas-e-da-outras-providencias.html>. Acesso em: 12 abr. 2018.

- ANTONINA. Lei nº 28, de 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre o direito de construir no município de Antonina, Estado do Paraná. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/2/28/lei-ordinaria-n-28-2008-dispoe-sobre-a-transferencia-do-direito-de-construir-no-municipio-de-antonina-estado-do-parana.html>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- ANTONINA. Lei nº 29, 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre o parcelamento, a edificação e a utilização compulsória de imóveis urbanos, sobre o imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo e a desapropriação como pagamento de títulos da dívida pública, no município de Antonina, Estado do Paraná. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/2/29/lei-ordinaria-n-29-2008-dispoe-sobre-o-parcelamento-a- edificacao-e-a-utilizacao-compulsoria-de-imoveis-urbanos-sobre-o-imposto-predial-e-territorial-urbano-progressivo-no-tempo-e-a-desapropriacao-com-o-pagamento-de-titulos-da-divida-publica-no-municipio-de-antonina-estado-do-parana>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- ANTONINA. Lei nº 30, 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre o direito de preempção. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/3/30/lei-ordinaria-n-30-2008-dispoe-sobre-o-direito-de-preempcao?q=plano%20diretor>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- ANTONINA. Lei nº 31, 08 de agosto de 2008. Dispõe sobre o estudo de impacto de vizinhança, previsto no artigo 36, e seguintes, do estatuto da cidade e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/antonina/lei-ordinaria/2008/3/31/lei-ordinaria-n-31-2008-dispoe-sobre-o-estudo-de-impacto-de-vizinhanca-prev>. Acesso em: 12 abr. 2018.

- DEPARTAMENTO de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná; Assessoria técnica ambiental. Estudo de Impacto Ambiental-Rodovia PR 340: Trecho entre BR-277 e Antonina. Paraná, 2015
- DEPARTAMENTO de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná; Assessoria técnica ambiental. Relatório de Impacto Ambiental-Rodovia PR 340: Trecho entre BR-277 e Antonina. Paraná, 2015
- INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos estatístico Município Antonina. Curitiba: IPARDES 2018
- PARANÁ. Portos do Paraná Iniciam Planejamento Estratégico da Infraestrutura Marítima. Disponível em: <https://www.tcp.com.br/portos-do-parana-iniciam-planejamento-estrategico-da-infraestrutura-maritima/>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- Secretaria de Portos da Presidência da República; et al. Plano Mestre Porto de Antonina. Curitiba, 2013.

REFERÊNCIAS: GUARAQUEÇABA

- GUARAQUEÇABA. Lei nº 012, de 03 de março de 2009. Dispõe sobre o Sistema Viário do Município de Guaraqueçaba, e dá outras providências.
- GUARAQUEÇABA. Lei nº 018, de 30 de abril de 2009. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo para fins urbanos no Município de Guaraqueçaba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/parcelamento-do-solo-guaraquecaba-pr>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- GUARAQUEÇABA. Lei nº 158, de 06 de maio de 2011. Altera dispositivos da Lei 012/2009 que Dispõe sobre o Sistema Viário do Município de Guaraqueçaba, e dá outras providências.
- GUARAQUEÇABA. Lei nº 181,de 25 de novembro de 2008. Institui o plano diretor, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento do Município de Guaraqueçaba e dá outras providências. Folha do Litoral do Paraná, Paraná, 27 set.2008.

- GUARAQUEÇABA. Lei nº 69, de 08 de dezembro de 2009. Estabelece novas delimitações para os perímetros urbanos da sede do Município de Guaraqueçaba e de Tagaçaba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaraquecaba/lei-ordinaria/2009/6/69/lei-ordinaria-n-69-2009-estabelece-novas-delimitacoes-para-os-perimetros-urbanos-da-sede-do-municipio-de-guaraquecaba-e-de-tagacaba>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- GUARAQUEÇABA. Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba. Lei nº 157, de 06 de maio de 2011. Altera dispositivos da Lei nº 181/2008 que Institui o Plano Diretor, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no Município de Guaraqueçaba e dá outras providências.
- GUARAQUEÇABA. Lei nº 015, de 22 de abril de 2009. Define o código de Obras das Ações de iniciativa Privada e Pública no Município de Guaraqueçaba. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/codigo-de-obras-guaraquecaba-pr>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- GUARAQUEÇABA. Lei nº 016, de 23 de abril de 2009. Dispõe sobre o Zoneamento, o Uso e a Ocupação do Solo Urbano do Município de Guaraqueçaba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaraquecaba/lei-ordinaria/2009/2/16/lei-ordinaria-n-16-2009-dispoe-sobre-o-zoneamento-o-uso-e-a-ocupacao-do-solo-urbano-do-municipio-de-guaraquecaba-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- GUARAQUEÇABA. Lei nº 017, de 02 de março de 2009. Institui o Código de Posturas do Município de Guaraqueçaba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaraquecaba/lei-ordinaria/2009/1/17/lei-ordinaria-n-17-2009-institui-o-codigo-de-posturas-do-municipio-de-guaraquecaba-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- GUARAQUEÇABA. Lei nº 159, de 06 de maio de 2011. Altera dispositivos da Lei nº 15/09 que Define o código de Obras das Ações de iniciativa Privada e Pública no Município de Guaraqueçaba. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaraquecaba/lei-ordinaria/2011/16/159/lei-ordinaria-n-159-2011-altera-dispositivos-da-lei-n-15-09-que-define-o-codigo-de-obras-das-acoes-de-iniciativa-privada-e-publica-no-municipio-de-guaraquecaba>. Acesso em: 12 abr. 2018.

- GUARAQUEÇABA. Lei nº 160, de 06 de maio de 2011. Altera dispositivos da Lei nº 17/09 que Institui o Código de Posturas do Município de Guaraqueçaba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaraquecaba/lei-ordinaria/2011/16/160/lei-ordinaria-n-160-2011-altera-dispositivos-da-lei-n-17-09-que-institui-o-codigo-de-posturas-do-municipio-de-guaraquecaba-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- GUARAQUEÇABA. Lei nº 163, de 06 de maio de 2011. Altera dispositivos da Lei nº 18/09 Dispõe sobre o Parcelamento do Solo para fins urbanos no Município de Guaraqueçaba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaraquecaba/lei-ordinaria/2011/17/163/lei-ordinaria-n-163-2011-altera-dispositivos-da-lei-n-18-09-dispoe-sobre-o-parcelamento-do-solo-para-fins-urbanos-no-municipio-de-guaraquecaba-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- GUARAQUEÇABA. Lei nº 60, de 11 de novembro de 2009. Dispõe sobre o Macrozoneamento do Município de Guaraqueçaba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaraquecaba/lei-ordinaria/2009/6/60/lei-ordinaria-n-60-2009-dispoe-sobre-o-macrozoneamento-do-municipio-de-guaraquecaba-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- GUARAQUEÇABA. Ramsar Sites Information Service. Guaraqueçaba Ecological Station. Disponível em: <https://rsis.ramsar.org/ris/2305>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos estatístico Município Guaraqueçaba. Curitiba: IPARDES 2018

- INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Zoneamento da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba. Curitiba, 2001.
- INSTITUTO Socioambiental. Situação atual das Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- SOCIEDADE de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental. Plano Integrado de Conservação para a Região de Guaraqueçaba. Curitiba, v.1, 1992.

REFERÊNCIAS: GUARATUBA

- GUARATUBA. Prefeitura Municipal de Guaratuba. Plano Diretor de Guaratuba: Levantamento das Condicionantes. Guaratuba: 2004.
- GUARATUBA. Prefeitura Municipal de Guaratuba. Plano Plurianual (PPA) 2018-2021. Guaratuba, 2018.
- GUARATUBA. Prefeitura Municipal de Guaratuba. Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima, Plano de Intervenção na Orla Marítima e Estuária de Guaratuba. Guaratuba, 2004.
- GUARATUBA. Lei nº 1163, de 14 de novembro de 2005. Institui o Plano Diretor, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no Município de Guaratuba, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/116/1163/lei-ordinaria-n-1163-2005-institui-o-plano-diretor-estabelece-objetivos-instrumentos-e-diretrizes-para-as-acoes-de-planejamento-no-municipio-de-guaratuba-e-da-outras-providencias.html>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- GUARATUBA. Lei nº 1164, de 14 de novembro de 2005. Dispõe sobre o Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo, das áreas urbanas e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-guaratuba-pr>. Acesso em: 12 abr. 2018.

- GUARATUBA. Lei nº 1165, de 14 de novembro de 2005. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, sobre empreendimentos em forma de condomínios horizontais e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/117/1165/lei-ordinaria-n-1165-2005-dispoe-sobre-o-parcelamento-do-solo-urbano-sobre-empreendim-entos-em-forma-de-condom-inios-horizontais-e-da-outras-providencias> . Acesso em: 12 abr. 2018.
- GUARATUBA. Lei nº 1166, de 14 de novembro de 2005. Define o perímetro urbano do Município de Guaratuba. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/116/1166/lei-ordinaria-> . Acesso em: 12 abr. 2018.
- GUARATUBA. Lei nº 1167, de 14 de novembro de 2005. Estabelece diretrizes pertinentes a drenagem urbana de Guaratuba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/117/1167/lei-ordinaria-n-1167-2005-estabelece-diretrizes-pertinentes-a-drenagem-urbana-de-guaratuba-e-da-outras-providencias> . Acesso em: 12 abr. 2018.
- GUARATUBA. Lei nº 1168, de 14 de novembro de 2005. Cria o fundo de desenvolvimento urbano FDU do município de Guaratuba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/116/1168/lei-ordinaria-n-1168-2005-cria-o-fundo-de-desenvolvimento-urbano-fdu-do-municipio-de-guaratuba-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- GUARATUBA. Lei nº 1169, de 14 de novembro de 2005. Cria o fundo municipal do meio ambiente - FMMA do Município de Guaratuba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/116/1169/lei-ordinaria-n-1169-2005-cria-o-fundo-municipal-do-meio-ambiente-fmma-do-municipio-de-guaratuba-e-da-outras-2005-11-14.html> . Acesso em: 12 abr. 2018.

- GUARATUBA. Lei nº 1170, de 14 de novembro de 2005. Dispõe sobre o estudo de impacto de vizinhança - RIV e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/1> . Acesso em: 12 abr. 2018.
- GUARATUBA. Lei nº 1171, de 14 de novembro de 2005. Dispõe sobre a Outorga Onerosa do Direito de Construir e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/117/1171/lei-ordinaria-n-1171-2005-dispoe-sobre-a-outorga-onerosa-do-direito-de-construir-e-da-outras-providencias> . Acesso em: 12 abr. 2018.
- GUARATUBA. Lei nº 1172, de 14 de novembro de 2005. Dispõe sobre a transferência do direito de construir e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/118/1172/lei-ordinaria-n-1172-2005-dispoe-sobre-a-transferencia-do-direito-de-construir-e-da-outras-providencias> . Acesso em: 12 abr. 2018.
- GUARATUBA. Lei nº 1173, de 14 de novembro de 2005. Estabelece o Código de Obras e Posturas do Município e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/codigo-de-obras-guaratuba-pr> . Acesso em: 12 abr. 2018.
- GUARATUBA. Lei nº 1174, de 14 de novembro de 2005. Estabelece o código ambiental do Município de Guaratuba, Institui a política municipal de meio ambiente e o sistema municipal de meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/117/1174/lei-ordinaria-n-1174-2005-estabelece-o-codigo-ambiental-do-municipio-de-guaratuba-institui-a-politica-municipal-de-meio-ambiente-e-o-sistema-municipal-de-meio-ambiente-e-da-outras-providencias> . Acesso em: 12 abr. 2018.
- GUARATUBA. Lei nº 1175, de 14 de novembro de 2005. Estabelece o código de vigilância ambiental de saúde do Município de Guaratuba, as normas de

saneamento, dispõe sobre as infrações sanitárias e respectivo processo administrativo. Disponível em: <22/02/2018Lei Ordinária 1175 2005 de Guaratuba PRhttps://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/117/1175/lei-ordinaria-> . Acesso em: 12 abr. 2018.

- GUARATUBA. Lei nº 1176, de 14 de novembro de 2005. Dispõe sobre hierarquização e traçado básico do sistema viário, traça diretrizes para o arruamento do Município de Guaratuba e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guaratuba/lei-ordinaria/2005/117/1176/lei-ordinaria-> . Acesso em: 12 abr. 2018.
- GUARATUBA. Ramsar Sites Information Service. Guaratuba. Disponível em: <https://rsis.ramsar.org/ris/2317>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos estatístico Município Guaratuba. Curitiba: IPARDES, 2018.
- PARANÁ. Prefeitura do Estado do Paraná. Decreto Estadual nº 10.855, de 23 de abril de 2014. Estabelece o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo para o Município de Guaratuba, e dá outras providências.
- PARANÁ. Secretaria Estadual do Meio Ambiental, Instituto Ambiental do Paraná, Pró-Atlântica. Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba. Curitiba, 2006.
- SISTEMA Meteorológico do Paraná. Projeto Básico Integrado de Micro Drenagem, Macro Drenagem e Controle de Erosão Marinha, Município de Guaratuba, Memorial Técnico. Curitiba: SIMEPAR, 2007.

REFERÊNCIAS: LITORAL DO PARANÁ

- PARANÁ. Decreto nº 2647, de 14 de setembro de 2011. Dispõe sobre elaboração e desenvolvimento do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Litoral do Paraná. Diário Oficial nº 8548 de 14 de setembro de 2011.

- INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. OS VÁRIOS PARANÁS: AS ESPACIALIDADES SOCIOECONÔMICO-INSTITUCIONAIS NO PERÍODO 2003-2015. Curitiba: IPARDES, 2017.
- ENGEMIN. Implantação da Faixa de Infraestrutura em Pontal do Paraná: Estudo de Impacto Ambiental; Relatório de Impacto Ambiental. Pinhais, 2016.
- AMB Planejamento Ambiental. Terminal Portuário localizado no município de Pontal do Paraná, PR: Relatório de Impacto Ambiental; Estudo de Impacto Ambiental. Curitiba, 2007.
- ANDREGUETTO, RCL. AGÊNCIA de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná; Solução para Pequenas Empresas-SEBRAE; Secretaria de Estado do Turismo. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional 2008-2011: Região Turística Litoral do Paraná. Curitiba, 2008.
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE RECURSOS DO MAR. Resolução nº 01, de 21 de novembro de 1990. Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC II). Brasília, v. 1-2, 1990.

- COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE RECURSOS DO MAR. Resolução nº 01, de 21 de novembro de 1990. Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC II). Brasília, v. 1-2, 1990.

- COMISSÃO Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). IX Plano Setorial para os Recursos do Mar, 2016-2019. Sem data.
- COMISSÃO Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). VIII Plano Setorial para os Recursos do Mar, 2012-2015. Sem data.
- COMISSÃO Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM); Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO). III Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF-ZC) 2015-2016. Sem data.
- DENARDIN, Valdir; KOMARCHESKI, Rosilene. Farinheiras do Brasil: tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca. Matinhos: UFPR Litoral, 2015.

- DEPARTAMENTO de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná; Assessoria técnica Ambiental Ltda. Estudo de Impacto Ambiental-Rodovia PR 340: Trecho entre BR-277 e Antonina. Paraná, 2015
- DEPARTAMENTO de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná; Assessoria técnica Ambiental Ltda. Relatório de Impacto Ambiental-Rodovia PR 340: Trecho entre BR-277 e Antonina. Paraná, 2015
- FUNDAÇÃO de Amparo à Pesquisa e extensão Universitária. Plano Aeroviário Estadual do Paraná: Relatório Final. Curitiba, v.1, 2014.
- FUNDAÇÃO de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária. Plano Hidroviário do Paraná, Levantamento das Potencialidades das Hidrovias do Estado do Paraná. Curitiba, 2014.
- FUNDAÇÃO de Amparo à Pesquisas e extensão Universitária. Plano Aeroviário Estadual do Paraná: Relatório Final. Curitiba, v.2, 2015.
- FUNDAÇÃO de Amparo à Pesquisas e extensão Universitária. Plano Aeroviário Estadual do Paraná: Relatório Final. Curitiba, v.3, 2016.
- FUNDAÇÃO de Amparo à Pesquisas e extensão Universitária. Plano Aeroviário Estadual do Paraná: Relatório Final. Curitiba, v.4, 2017.
- INSTITUTO das Águas do Paraná. Plano da Bacia Hidrográfica Litorânea. Curitiba, v. 00-14, 2017. Disponível em: <http://www.aguasparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=311>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- INSTITUTO Socioambiental. Situação atual das Terras Indígenas. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- MAPA ÁREAS DE POTENCIAIS CONFLITOS DO PLANO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO DA MARICULTURA.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Projeto Orla. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/projeto-orla>. Acesso em: 16 abr. 2018.

- PARANÁ. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná (ZEE); Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG). Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná, 2011-2014. Curitiba, 2018.
- PARANÁ. Agência Nacional de Águas; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos-SEMA. Bacias Hidrográficas do Paraná, Séries Históricas. Curitiba, 2010.
- PARANÁ. Decreto Estadual nº 5.040, de 11 de maio de 1989. Aprovação do Regulamento que define o Macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense. Disponível em: <http://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-5040-1989-parana-aprovacao-do-regulamento-que-define-o-macro-zoneamento-da-regiao-do-litoral-paranaense>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- PARANÁ. Decreto nº 5.377, 23 de fevereiro de 2005. Aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar. Disponível em: <http://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/470/PNRM%20D5377.htm?sequence=1>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- PARANÁ. Governo do Paraná. Plano Estratégico para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Litoral do Paraná: Diretrizes Preliminares. Antonina, 2011.
- PARANÁ. Governo do Paraná. Plano Estratégico para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Litoral do Paraná: Síntese. Antonina, 2011.
- PARANÁ. Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. Zoneamento Ecológico-Econômico. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- PARANÁ. Ministério do Meio Ambiente. Plano de Ação Federal para a Zona Costeira. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/item/8962-plano-de-a%C3%A7%C3%A3o-federal-para-a-zona-costeira-paf_zc#iii-paf-zc>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- PARANÁ. Paraná Projetos; Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Paraná. Litoral do Paraná: Ações Desenvolvidas. Curitiba, 2018.

- PARANÁ. Plano de manejo do Parque Estadual da Ilha do Mel. SEMA/IAP/Pró-Atlântica. Curitiba, 2012.
- PARANÁ. Plano de manejo do Parque Estadual do Rio da Onça. IAP. Curitiba, 2015.
- PARANÁ. Plano de manejo do Parque Estadual Pico do Marumbi. SEMA/IAP. Curitiba, 1996.
- PARANÁ. Plano de manejo Estação Ecológica da Ilha do Mel. SEMA/IAP/Pró-Atlântica. Curitiba.
- PARANÁ. Plano de manejo Estação Ecológica de Guaraguaçu. SEMA/IAP/Pró-Atlântica. Curitiba, 2006.
- PARANÁ. Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica. Disponível em: <http://www.pmma.etc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=1083>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- PARANÁ. Portos do Paraná Iniciam Planejamento Estratégico da Infraestrutura Marítima. Disponível em: <https://www.tcp.com.br/portos-do-parana-iniciam-planejamento-estrategico-da-infraestrutura-maritima/>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- PARANÁ. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná. Curitiba, 2003.
- PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Plano de Bacias Hidrográficas. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=146>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense. Coletânea de Legislações de Uso e Ocupação do Solo no Litoral Paranaense. Curitiba, 2013
- PARANÁ. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, et al. Apresentação dos Projetos Contra Riscos e Desastres Ambientais para o Litoral do Estado do Paraná. Curitiba, 2013.

- PARANÁ. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, et al. Apresentação dos Projetos e Medidas Sociais e Ambientais no Litoral do Estado do Paraná. Curitiba, 2012.
- PARANÁ. Secretaria do Turismo do Estado do Paraná. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. Curitiba, 2012
- PARANÁ. Portal Info Hidro. Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH). Disponível em: <http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/gestao-das-aguas/planos/plano-estadual>. Acessado em: 16 abr. 2018.
- PARANÁ. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná. Relatório Segunda Rodada de Oficinas Institucionais de Apresentação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná. Curitiba, 2014.
- PARANÁ. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná. Oficinas Institucionais de Apresentação do Zoneamento Ecológico-Econômico. Curitiba, 2014.
- PARANACIDADE; IPARDES; UFPR. Planos Regionais: Desenvolvimento Estratégico do Estado do Paraná. Sem data.
- REIS, Rodrigo et al. Litoral do Paraná: Território e Perspectivas. Sociedade, Ambiente e Gestão. Curitiba: Brazil Publishing, vol.1, 2016.
- REIS, Rodrigo et al. Litoral do Paraná: Território e Perspectivas. Cultura, Saúde e Educação. Curitiba: Brazil Publishing, vol.2, 2016.
- SANEPAR. Companhia de Saneamento do Paraná. Plano Diretor da Região Litorânea do Paraná: Sistemas de Abastecimento de Água dos Municípios de Matinhos, Pontal do Paraná, Guaratuba, Morretes e Guaraqueçaba. Curitiba: Sanepar, 2015.
- SULZBACH, Mayra; Denardin, Valdir (Orgs.). A inclusão, a inserção, a interação, a investigação...: Os in(s) da extensão no Litoral do Paraná. Matinhos: UFPR Litoral, 2013.

REFERÊNCIAS: MATINHOS

- INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos estatístico Município de Matinhos. Curitiba: IPARDES 2018.
- MATINHOS. Prefeitura Municipal de Matinhos.
- MATINHOS. Lei nº 1051, de 16 de outubro de 2006. Dispõe sobre a utilização dos logradouros públicos no Município de Matinhos, o bem-estar, a ordem, os costumes e a segurança pública, estabelece normas de proteção e conservação do meio ambiente, observadas as normas federais e estaduais relativas às matérias. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/105/1051/lei-ordinaria-n-1051-2006-dispoe-sobre-a-utilizacao-dos-logradouros-publicos-no-municipio-de-matinhos-o-bem-estar-a-ordem-os-costumes-e-a-seguranca-publica-estabelece-normas-de-protecao-e-conservacao-do-meio-ambiente-observadas-as-normas-federais-e-estaduais-relativas-as-materias>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- MATINHOS. Lei nº 1068, de 16 de outubro de 2006. Dispõe do zoneamento, uso e ocupação do solo nas áreas urbanas do Município de Matinhos e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-matinhos-pr>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- MATINHOS. Lei nº 1069, de 05 de dezembro de 2006. Regulamenta a outorga onerosa do direito de construir e a concessão de prêmios às atividades classificadas como hotéis e pousadas e aos programas habitacionais de interesse social. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/107/1069/lei-ordinaria-n-1069-2006-regulamenta-a-outorga-onerosa-do-direito-de-construir-e-a-concessao-de-premios-as-atividades-classificadas-como-hoteis-e-pousadas-e-aos-programas-habitacionais-de-interesse-social>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- MATINHOS. Prefeitura Municipal de Matinhos. Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima: Plano de Intervenção na Orla Marítima de Matinhos. Sem data.

- MATINHOS. Lei nº 1046, de 16 de outubro de 2006. Dispõe sobre a compartimentação e descrição dos limites das áreas urbanas, rural e de uso especial e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/105/1046/lei-ordinaria-n-1046-2006-dispoe-sobre-a-compartimentacao-e-descricao-dos-limites-das-areas-urbanas-rural-e-de-uso-especial-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- MATINHOS. Lei nº 1047, de 16 de outubro de 2006. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo nas áreas rurais do Município de Matinhos e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/105/1047/lei-ordinaria-n-1047-2006-dispoe-sobre-o-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-nas-areas-rurais-do-municipio-de-matinhos-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- MATINHOS. Lei nº 1048, de 16 de outubro de 2006. Dispõe sobre o sistema viário básico, hierarquia e dimensionamento das vias públicas na área urbana, traça diretrizes para arruamento municipal e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/105/1048/lei-ordinaria-n-1048-2006-dispoe-sobre-o-sistema-viario-basico-hierarquia-e-dimensionamento-das-vias-publicas-na-area-urbana-traca-diretrizes-para-arruamento-municipal-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- MATINHOS. Lei nº 1049, de 16 de outubro de 2006. Dispõe sobre os loteamentos, desmembramentos, unificações e condomínios horizontais situados no município. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/104/1049/lei-ordinaria-n-1049-2006-dispoe-sobre-loteamentos-desmembramentos-unificacoes-e-condominios-horizontais-situados-no-municipio-2006-10-16-versao-compilada.html>. Acesso em: 12 abr. 2018.

- MATINHOS. Lei nº 1050, 16 de outubro de 2006. Institui o fundo municipal de desenvolvimento do Município de Matinhos-FMD, conforme especifica e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/105/1050/lei-ordinaria-n-1050-2006-institui-o-fundo-municipal-de-desenvolvimento-do-municipio-de-matinhos-fmd-conforme-especifica-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- MATINHOS. Lei nº 1052, de 16 de outubro de 2006. Estabelece os parâmetros para a construção ou reconstrução de passeios em via públicas e diretrizes para a implantação de arborização urbana no Município de Matinhos. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/106/1052/lei-ordinaria-n-1052-2006-estabelece-os-parametros-para-a-construcao-ou-reconstrucao-de-passeios-em-vias-publicas-e-diretrizes-para-implantacao-de-arborizacao-urbana-no-municipio-de-matinhos>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- MATINHOS. Lei nº 1067, de 05 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a instituição do plano diretor participativo e de desenvolvimento integrado de Matinhos, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/106/1067/lei-ordinaria-n-1067-2006-dispoe-sobre-a-instituicao-do-plano-diretor-participativo-e-de-desenvolvimento-integrado-de-matinhos-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- MATINHOS. Lei nº 1070, de 05 de dezembro de 2006. Define o código de obras no Município de Matinhos e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/107/1070/lei-ordinaria-n-1070-2006-define-o-codigo-de-obras-no-municipio-de-matinhos-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

- PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. Decreto Estadual nº 10.856, 23 de abril de 2014. Estabelece o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo para o Município de Matinhos, e dá outras providências. Acesso em:12 abr. 2018.
- SISTEMA Meteorológico do Paraná. Sistema Meteorológico do Paraná. Projeto Básico Integrado de Micro Drenagem, Macro Drenagem e Controle de Erosão Marinha: Município de Matinhos, Memorial Técnico. Curitiba: SIMEPAR 2007.

REFERÊNCIAS: MORRETES

- INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos estatístico Município de Morretes. Curitiba: IPARDES 2018.
- MORRETES. Prefeitura Municipal de Morretes. Plano Diretor Municipal de Morretes: Análise Temática Integrada, Diretrizes e Proposições, Plano de Ações e Investimentos. Morretes. Morretes: 2008.
- MORRETES. Lei nº 8, de 04 de fevereiro de 2011. Disciplina os projetos de loteamento, desmembramento e remembramento do solo para fins urbanos do Município de Morretes. Disponível em: <http://www.morretes.pr.leg.br/camara/proposicao/lei-complementar/2011/1/0/1588>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- MORRETES. Lei nº 9, de 04 de fevereiro de 2011.Dispõe sobre o Sistema Viário do Município de Morretes. Disponível em: <http://www.morretes.pr.leg.br/camara/proposicao/lei-complementar/2011/1/0/1587>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- MORRETES. Lei nº 10, de 04 de fevereiro de 2011. Institui o código de obras e edificações de Morretes, e dá outras providências. Disponivel em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/morretes/lei-complementar/2011/1/10/lei-complementar-n-10-2011-institui-o-codigo-de-obras-e-edificacoes-do-municipio-de-morretes-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

- MORRETES. Lei nº 11, de 04 de fevereiro de 2011. Institui o código de posturas do Município de Morretes e dá outras providências. Disponivel em: <https://www.morretes.pr.leg.br/camara/proposicao/lei-complementar/2011/1/0/1585>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- MORRETES. Lei nº 12, de 04 de fevereiro de 2011. Dispõe sobre a delimitação dos perímetros urbanos do Município de Morretes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.morretes.pr.leg.br/camara/proposicao/lei-complementar/2011/1/0/1584>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- MORRETES. Lei nº 6, de 04 de fevereiro de 2011. Institui o plano diretor do Município de Morretes. Disponível em: <https://www.morretes.pr.leg.br/camara/proposicao/lei-complementar/2011/1/0/1590>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- MORRETES. Lei nº 7, de 04 de fevereiro de 2011. Dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo urbano do Município de Morretes. Disponível em: <http://www.morretes.pr.leg.br/camara/proposicao/lei-complementar/2011/1/0/1589/lei-complementar-n-7-2011-dispoe-sobre-o-zoneamento-de-uso-e-ocupacao-do-solo-urbano-do-municipio-de-morretes-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

REFERÊNCIAS: PARANAGUÁ

- ADMINISTRAÇÃO dos Portos do Paraná; Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina; Laboratório de Transporte e Logística. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá-PDZPO. Curitiba, 2017.
- ADMINISTRAÇÃO dos Portos do Paraná-APPA; Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina-FEESC; Laboratório de Transporte e Logística-LabTrans. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá. Curitiba, v.1, 2012

- ADMINISTRAÇÃO dos Portos do Paraná-APPA; Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina-FEESC; Laboratório de Transporte e Logística-LabTrans. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá. Curitiba, v.2, 2013.
- INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social-IPARDES. Cadernos estatístico Município Paranaguá. Curitiba: IPARDES, 2018.
- INSTITUTO Socioambiental. Situação atual das Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- PARANÁ. Portos do Paraná Iniciam Planejamento Estratégico da Infraestrutura Marítima. Disponível em: <https://www.tcp.com.br/portos-do-parana-iniciam-planejamento-estrategico-da-infraestrutura-maritima/>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- PARANAGUÁ. Lei nº 65, de 27 de agosto de 2007. Dispõe sobre o uso da bicicleta e o sistema cicloviário do Município de Paranaguá, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2007/6/65/lei-complementar-n-65-2007-dispoe-sobre-o-uso-da-bicicleta-e-o-sistema-cicloviario-do-municipio-de-paranagua-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- PARANAGUÁ. Secretaria de Portos da Presidência da República -SEP/PR; et al. Plano Mestre Porto de Paranaguá. Curitiba, 2013.”
- PARANAGUÁ. Prefeitura Municipal de Paranaguá. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá: Análises Temáticas e Diagnóstico – Contexto Municipal. Paranaguá: 2007.
- PARANAGUÁ. Lei nº 60, de 23 de agosto de 2007. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no Município de Paranaguá e dá outras providências. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/plano_diretor/PAG_INICIAL_Plano%20Diretor%20Leis/LEIS%20DO%20PLANO%20DIRETOR/PDF/LEI_COMPLEMENTAR_N060-PLANO_DIRETOR%20Compilado.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

- PARANAGUÁ. Lei nº 61, de 27 de agosto de 2007. Dispõe sobre o perímetro urbano no Município de Paranaguá. Disponivel em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2007/7/61/lei-complementar-n-61-2007-dispoe-sobre-o-perimetro-urbano-do-municipio-de-paranagua?q=61>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- PARANAGUÁ. Lei nº 63, 27 de agosto de 2007. Dispõe sobre as zonas especiais de interesse social, determina a criação das ZEIS I, II, III, IV e V, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2007/6/63/lei-complementar-n-63-2007-dispoe-sobre-as-zonas-especiais-de-interesse-social-determina-a-criacao-das-zeis-i-ii-iii-iv-e-v-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- PARANAGUÁ. Lei nº 66, de 27 de agosto de 2007. Dispõe sobrea lei de parcelamento do solo urbano, sobre remembramento e condomínios horizontais no Município de Paranaguá. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2007/6/66/lei-complementar-n-66-2007-dispoe-sobre-a-lei-de-parcelamento-do-solo-urbano-sobre-remembramento-e-condominios-horizontais-no-municipio-de-paranagua>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- PARANAGUÁ. Lei nº 67, de 27 de agosto de 2007. Define o código de obras e edificações do Município de Paranaguá, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/paranagua/lei-complementar/2007/7/67/lei-complementar-n-67-2007-define-o-codigo-de-obras-e-edificacoes-do-municipio-de-paranagua-e-da-outras-providencias?q=67>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- PARANAGUÁ. Lei nº 68, de 27 de agosto de 2007. Dispõe sobre normas relativas ao código de posturas do Município de Paranaguá e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2007/6/68/lei-complementar-n-68-2007-dispoe-sobre-normas-relativas-ao-codigo-de-posturas-do-municipio-de-paranagua-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 abr. 2018.

- PARANAGUÁ. Lei nº 95, de 18 de dezembro de 2008. Dispõe sobre o código ambiental do Município de Paranaguá. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2008/10/95/lei-complementar-n-95-2008-dispoe-sobre-o-codigo-ambiental-do-municipio-de-paranagua?q=95>. Acesso em: 12 abr. 2018.

REFERÊNCIAS: PONTAL DO PARANÁ

- INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno estatístico Município de Pontal do Paraná. Curitiba: IPARDES 2018
- PONTAL DO PARANÁ. Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná. Diagnóstico do Plano diretor de desenvolvimento integrado de Pontal do Paraná. Pontal do Paraná: 2004.
- PONTAL DO PARANÁ. Lei nº 001, de 03 de agosto de 2007. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Pontal do Paraná, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/pontal-do-parana/lei-complementar/2007/1/1/lei-complementar-n-1-2007-dispoe-sobre-a-instituicao-do-plano-diretor-de-desenvolvimento-integrado-de-pontal-do-parana-e-da-outras-providencias-2007-08-03-versao-original>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- PONTAL DO PARANÁ. Lei nº 642, de 17 de janeiro de 2006. Dispõe sobre o sistema viário básico do Município de Pontal do Paraná, a hierarquia e o dimensionamento das vias públicas no território municipal e traça diretrizes para o arruamento municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/pontal-do-parana/lei-ordinaria/2006/64/642/lei-ordinaria-n-642-2006-dispoe-sobre-o-sistema-viario-basico-do-municipio-de-pontal-do-parana-a-hierarquia-e-o-dimensionamento-das-vias-publicas-no-territorio-municipal-e-traca-diretrizes-para-o-arruamento-municipal>. Acesso em: 12 abr. 2018.

- PONTAL DO PARANÁ. Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná. Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima: Plano de Intervenção na Orla Marítima de Pontal do Paraná. Sem data.
- PONTAL DO PARANÁ. Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná. Lei nº 002, de 03 de agosto de 2007. Dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo nas áreas urbanas do município e dá outras providências. Acesso em: 12 abr. 2018.
- SISTEMA Meteorológico do Paraná. Projeto Básico Integrado de Micro Drenagem, Macro Drenagem e Controle de Erosão Marinha: Município de Pontal do Paraná, Memorial Técnico. Curitiba: SIMEPAR, 2007.